

ÉTICA E CIDADANIA

RELATO DE EXPERIÊNCIAS COMPARTILHADAS

Célia Lais Tahan Bittencourt*

Resumo: o texto aborda a trajetória das disciplinas *Ética, Cidadania e Realidade Brasileira I e II* no UniCEUB. Destaca os principais questionamentos da equipe de professores em momentos pedagógicos diferentes e o investimento de todos em atividades que favoreçam o diálogo e as ações compartilhadas.

Palavras-chaves: ética, cidadania, metodologias alternativas, projeto pedagógico, consciência ética.

O tema *Ética e Cidadania* nos reporta a uma infinidade de conceitos e de situações, devido à multiplicidade de sentidos que esses termos evocam. Essa multiplicidade está associada às várias mudanças paradigmáticas e à crise contemporânea de valores, assim como às profundas transformações pelas quais a sociedade atual passa, visível em todas as esferas.

Vivemos uma era que se define pela expansão da comunicação e das relações virtuais, o que acaba por redimensionar as categorias de espaço e de tempo, as relações sociais e a cultura. Nesse novo contexto temos sempre a impressão que o tempo é cada vez mais veloz e, por sua vez, o espaço cada vez menor.

Todas essas transformações ocorrem em diferentes momentos e em diferentes situações, incluindo-se e destacando-se entre elas o processo educativo.

Completando essas exemplificações concordamos com Ernesta Zamboni¹ que, ao analisar o contexto social contemporâneo no seu texto “Representações e Linguagens”, afirma que devemos considerar que as ações humanas são, também, repletas de emoção, de sensibilidade e de contradição expressas sempre em fatos vivenciados no cotidiano de cada indivíduo.

A autora explica que na sala de aula lidamos com a construção de imagens e palavras e que só podemos afirmar que o aluno aprendeu de fato os conceitos trabalhados no momento em que ele demonstra saber utilizá-los em situações concretas.

* Coordenadora do Curso de História do UniCEUB e Assistente da Assessoria de Ensino de Graduação.

¹ Ernesta Zamboni, “Representações e linguagens”, *Revista Brasileira de História*, 1999.

Assim, os conceitos, particularmente, vão sendo interiorizados pelo aluno até que ele saiba aplicá-los em várias situações diferentes.

Transferindo essas observações para o tema abordado nesse trabalho, percebemos que todas essas afirmativas se aplicam também à Ética e à Cidadania.

Passamos, então, a descrever a implantação das disciplinas Ética, Cidadania e Realidade Brasileira I e II, mediante um processo de construção coletiva que foi desde as propostas de criação das referidas disciplinas, passou pela sua efetiva implementação e chegou até a atual proposta desenvolvida no UniCEUB. Ainda hoje, encontramos-nos engajados nessa proposta, avaliando-a permanentemente a fim de acompanhar as transformações ocorridas na sociedade e nas concepções de educação.

São reflexões e experiências acumuladas durante o processo de implementação e execução, já que a ação educativa está presente em todo processo de construção, incluindo a sistemática atual do ensino dessas disciplinas.

Segundo o Prof. Roberto Krauspenhar,² a sanção presidencial da lei n.º 8.663/93 revogou o decreto lei 869/69 referente às disciplinas Estudos de Problemas Brasileiros – EPB, incluída nas grades curriculares do Ensino Superior, e Moral e Cívica, ministrada no ensino de 1º e 2º graus, que atendiam aos interesses conjunturais dos governos militares da época.

A rejeição sempre existiu como reação à força impositiva de implantação dessas disciplinas que buscava o cultivo da moral e do civismo de forma contraproducente e autoritária.

A nova lei, apesar de cancelar as respectivas disciplinas, reiterava a necessidade de formação da cidadania e do conhecimento da realidade brasileira, retirando do processo, entretanto, o caráter antipedagógico expresso na rigidez do decreto anterior.

Eliminou-se inclusive a obrigatoriedade de se tratar dessas questões em disciplinas autônomas e individualizadas, devolvendo à universidade e às escolas a busca de suas identidades na construção da prática de cidadania.

As primeiras discussões no UniCEUB giraram em torno dos limites da ação formativa da escola, da crítica aos conceitos tradicionais de democracia, da participação política e do compromisso com a promoção da dignidade humana.³

Em primeiro lugar, decidiu-se aproveitar o espaço da carga horária da extinta disciplina EPB. Em seguida, foi criado um núcleo de estudos interdisciplinares que,

² Roberto Krauspenhar é professor do UniCEUB e foi o responsável pela coordenação do projeto de implementação das disciplinas Ética, Cidadania e Realidade Brasileira I e II.

³ Roberto Krauspenhar. “Ética e Cidadania”. *Universitas*, Brasília, UniCEUB, n.º 6, agosto de 1995.

além de organizar um centro de documentação, promoveu vários encontros, palestras e seminários destinados a fomentar a discussão na comunidade acadêmica.

Dessa forma, professores e alunos foram se envolvendo com os problemas da comunidade e, nesse contexto, as disciplinas foram introduzidas nas grades curriculares de todos os cursos. Em relação às ementas e programas, optou-se por trabalhar inicialmente com as questões conceituais para, depois, passar para a discussão dos direitos humanos e da conquista da cidadania.

Ficou decidido que os objetivos dessas disciplinas deveriam girar em torno dos novos paradigmas que fundamentavam as questões dos direitos humanos, da formação da cidadania, da análise de experiências, da prática política e das estratégias da construção da cidadania e educação para esses objetivos.

Em 1999, a transformação em Centro Universitário exigiu da Instituição uma reorganização administrativo-pedagógica que garantisse um desenvolvimento mais adequado da sua estrutura de funcionamento.

Criaram-se novos cursos, reestruturaram-se os já existentes associados a novas orientações administrativas e didático-pedagógicas. Era necessário garantir fluxos recíprocos de informações, experiências, conhecimento e práticas, de modo que as coordenações pudessem realimentar e serem alimentadas por questões tanto do âmbito institucional como da sociedade em geral. O objetivo da proposta pedagógica reforçava o objetivo da formação do profissional cidadão e que pudesse proporcionar aos discentes e docentes possibilidades de projetos que investissem na participação e na troca de experiências entre os membros dos vários cursos existentes.

As disciplinas *Ética e Cidadania e Realidade Brasileira* foram subordinadas à direção da Faculdade de Ciências da Educação e em 2002 especificamente à Coordenação do curso de História.⁴ Após análise da avaliação institucional, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI – 2002/2006) manteve a obrigatoriedade dessas disciplinas para todos os cursos do UniCEUB.

Todas essas mudanças passaram a exigir o redimensionamento dessas disciplinas e a equipe de *Ética* sentiu a necessidade de propor novas estratégias que incentivassem, de fato, no *campus* do Centro Universitário e no âmbito da comunidade o desenvolvimento de ações que favorecessem a convivência harmônica e justificassem o respeito à liberdade e o apreço à tolerância.

⁴ *Projeto Pedagógico de Ética, Cidadania e Realidade Brasileira I e II*. Brasília, UniCEUB, 2003.

Percebemos que uma instituição de ensino superior não pode ser vista como uma executora de projetos construídos fora dela, mas sim como que esses projetos pudessem ser trabalhados no interior da vida acadêmica e da comunidade.

Lembramos de Paulo Freire que defendia que uma construção passa a ser coletiva quando é trabalhada em conjunto desde o início, da discussão até a implementação. Assim, para uma educação libertadora é preciso ter conjuntamente uma nova visão sobre o conhecimento e uma nova visão sobre a sociedade. As duas visões devem estar presentes na construção de uma nova prática.⁵

A partir dessas reflexões foi preciso então fazer novas leituras e buscar em conjunto uma nova metodologia que articulasse o embasamento teórico a uma prática de construção social. Era necessário propor um fazer pedagógico que possibilitasse a interação dos princípios éticos com o exercício da cidadania, que desenvolvesse a capacidade de aprendizagem a partir da aquisição de conhecimento e habilidades necessárias à formação do aluno cidadão, priorizando estudos e práticas que implementassem uma política cultural inclusiva e contextualizada.

Como reconhecer o ensino como um caminho obrigatório na construção da cidadania ativa? Essa era a pergunta básica que o grupo se fazia.

O professor Danilo Gaudin esclarece de forma interessante a seqüência de passos que devem ser seguidas num projeto de construção coletiva: “sentir os problemas da realidade, produzir uma proposta de superação dos problemas, avaliar a prática e a realidade e propor uma série de ações de comportamento e de atitudes”.⁶

Cada aula passa a ser um momento importante e uma nova oportunidade de se construir uma vida solidária. Uma outra afirmativa, a de Holien Gonçalves Bezerra auxiliou as reflexões do grupo: “o respeito às opções teóricas dos autores, como de resto de qualquer interlocutor, é um princípio a ser respeitado a todo custo”.⁷ Essa afirmativa apresentada num artigo sobre a avaliação do livro didático de história, pode também, ser absorvida no em relação ao nosso projeto.

Deve-se exigir respeito às opções teóricas dos autores, bem como de qualquer interlocutor. Deve-se identificar uma educação democrática capaz de acolher e trabalhar as diferenças socioculturais e as necessidades dos alunos. Deve-se, enfim, incentivar atitudes de respeito à diversidade de opiniões e de culturas.

⁵ Freire, Paulo e Ira Shor, *Medo e Ousadia*, 1996.

⁶ Danilo Luís Armando Gandin, *Temas para um projeto pedagógico*, 1999.

⁷ Holien Gonçalves Bezerra, “O processo de avaliação de livros didáticos – História”. *Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História. História: fronteiras*.

Acreditamos na vocação ética e política do ensino superior.

Com base nessa perspectiva, o aluno pode e deve aprender a não ter preconceitos sobre quaisquer textos e entendê-los como instrumentos que o estudioso dispõe para o seu trabalho didático-pedagógico. Dessa forma, serão desconstruídos, gradativamente, preconceitos e atitudes discriminatórias, sejam eles de origem, etnia, gênero, idade ou quaisquer outras formas de discriminação que existirem em sala de aula e nos diferentes espaços de convivência dos alunos.

É importante insistir no questionamento de textos, criar situações sociais concretas, estimulando-se a observação, a investigação, a análise, a síntese, a viabilidade, a comparação, a interpretação e a avaliação de várias situações que possam ser apresentadas durante o ensino.

Se já sabemos que vivemos numa sociedade com diversidade e velocidade de informações, é preciso que existam propostas que caminhem nessa direção.

A opção pelas disciplinas tem que estar relacionada a indicativos expressos no projeto e a seleção de conteúdos deve assegurar o desenvolvimento dos processos mentais dos alunos (aprender a aprender e possibilidade de elaboração pessoal).

Esses conceitos devem ser trabalhados de forma contextualizada a partir de experiências já vivenciadas ou inovadoras, de caráter interdisciplinar, tais como: oficinas, performances, teatros, entrevistas e outros tipos que poderão se contrapor ao ensino tradicional que inclusive já norteava a fatídica EPB.

A articulação dos saberes com as diversas formações profissionais poderá trazer um novo significado à sala de aula, tornando-a um espaço capaz de propiciar experiências catalisadoras de mudanças.

No atual momento do nosso projeto pedagógico estamos atendendo 54 turmas por semestre. Os alunos se matriculam em horários diferenciados e em cada turma encontramos alunos provenientes dos diversos cursos existentes (atualmente são 23). A equipe de professores é formada por profissionais da área das ciências humanas: sociólogos, historiadores, filósofos e antropólogos.

Percebemos, claramente, que ao lado do conhecimento científico e tecnológico, os saberes sociais são igualmente importantes. Podemos citar como exemplos a defesa do meio ambiente, a luta contra a violência e contra a segregação social.

O currículo, de acordo com o professor José Libâneo, deve ser visto “como instrumento de formação profissional e de cidadania e por isso todos os educadores

devem estar comprometidos com as pessoas e com aspectos inerentes à formação de cada um”⁸.

Darling Suhét⁹ nos lembra de uma questão fundamental para nosso projeto. Segundo essa autora, um projeto é um processo inacabado e a reflexão é sempre um excelente combustível a mover-nos na busca da superação de problemas e na caminhada de buscas.

Retomando a nossa caminhada percebemos que um passo fundamental foi ampliar os conhecimentos teóricos de todos os professores e definir uma metodologia que privilegiasse a prática pedagógica.

Houve resistências iniciais, e algumas ainda persistem, mas os professores de uma maneira geral estão se tornando, aos poucos, cada vez mais receptivos às mudanças propostas. O importante é reconhecer que parar no tempo e apegar-se ao que deu certo, temendo alterar os caminhos já percorridos, é uma postura de conformismo e de descompromisso.

O verdadeiro educador sempre investe em mudanças.

Nesse percurso é importante lembrar ainda que estamos na fase do redescobrimento. Todos nós, alunos e professores, somos protagonistas. É uma nova maneira de caminhar que, apesar das incertezas e tropeços, tem sido gratificante e seguramente nos trará mais satisfação no final.

Paulo Freire reconhecia que “o ser autônomo é aquele que reconhece a sua identidade enquanto ser, assumindo-se como indivíduo consciente do seu inacabamento, mas compreendendo que apesar das suas limitações possui liberdade e competências.”¹⁰

O ritmo de cada professor é diferente, mas o importante é que o trabalho seja socializado. Cada um de nós, professores, em cada encontro da equipe, deve aprender a prática de historiar suas experiências e dificuldades.

Para que estudar Ética? A resposta nos é fornecida por Jung Sung e José Cândido Silva: “quando todos aceitam os costumes e os valores morais estabelecidos na sociedade, não há necessidade de muita discussão sobre eles. Mas quando surgem questionamentos sobre a validade de determinados valores ou costumes, surge a necessidade de fundamentar teoricamente estes valores vividos de uma forma prática; e, para aqueles que não concordam, a de criticá-los”¹¹.

⁸ José Carlos Libâneo, *Organização e Gestão da Escola Teórica e Prática*, 2001.

⁹ Darling Suhét é mestre pela Universidade Federal do Espírito Santo e publicou o artigo “A prática da reflexão e a reflexão sobre a prática” na *Revista Anual da Pedagogia da UniSERRA*.

¹⁰ Paulo Freire, *Pedagogia da autonomia – Saberes necessários à prática educativa*, 1999.

¹¹ Jung Mo Sung e José Cândido Silva, *Conversando sobre Ética e Sociedade*, 2002.

As comunidades humanas sempre criaram sistemas de valores e normas morais que possibilitassem a convivência social. A consciência ética surge desse conjunto de interesses e questionamentos.

Para que estudar cidadania? No seu livro *Cidadania no Brasil*, José Murilo de Carvalho, já no próprio título, esclarece que existe um caminho longo e complexo na construção de cidadania. Explica ainda que tornou-se costume desdobrar a cidadania em direitos civis, políticos e sociais. Direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Direitos políticos, referem-se à participação do cidadão no governo da sociedade. Na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar e de ser votado.

Se os direitos civis garantem a vida em sociedade e os direitos políticos garantem a participação no governo da comunidade, os direitos sociais referem-se à participação na riqueza coletiva. Inclui o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde e à aposentadoria.

“O enfrentamento da complexidade do problema pode nos ajudar a identificar melhor as pedras no caminho da construção democrática, pois não existe um receita de cidadania...ser cidadão é possuir esses direitos”.¹²

Para Jaime Pinsky, cidadania “não é uma definição estanque, mas um conceito histórico. Isto significa que seu sentido varia no tempo e no espaço.”¹³

Sonhos por uma cidadania plena significam empreender lutas pela sua construção. Afinal, a vida pode ser melhorada e devemos buscar, sempre, uma sociedade mais justa e com menos diferenças sociais.

O que é necessário é que nossos sonhos sejam amparados por uma visão ética. Não queremos que a nossa sociedade seja constituída por pessoas infelizes, solitárias, deprimidas, destrutivas e dependentes. Queremos uma sociedade que se alicerce nas conquistas, que se manifeste com alegria, solidariedade, segura dos seus direitos e deveres e ética por excelência.

Relembrando a máxima da juventude dos anos 60, podemos afirmar, com certeza, que o sonho não acabou e que certamente nunca irá acabar.

BIBLIOGRAFIA

¹² José Murilo de Carvalho, *Cidadania no Brasil*. O longo caminho, 2003.

¹³ Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky (orgs.), *História da Cidadania*, 2003.

- BEZERRA, Holien Gonçalves. “O processo de avaliação de livros didáticos – História”. *Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História. História: fronteiras*. SP: Humanitas/FFLCH/USP; ANPUH, 1999.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.
- FREIRA, Paulo. *Pedagogia da autonomia – Saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1999.
- FREIRE, Paulo e SHOR, Ira. *Medo e Ousadia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GANDIN, Danilo Luís Armando. *Temas para um projeto pedagógico*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.
- KRAUSPENHAR, Roberto. “Ética e Cidadania”. *Universitas*, Brasília, UniCEUB, n.º 6, agosto de 1995.
- LIBÂNIO, José Carlos. *Organização e Gestão da Escola Teórica e Prática*. Goiânia: Ed. Alternativa, 2001.
- PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da Cidadania*. São Paulo: Ed. Contexto, 2003.
- Projeto Pedagógico de Ética, Cidadania e Realidade Brasileira I e II*. Brasília, UniCEUB, 2003.
- SUHET, Darling. “A prática da reflexão e a reflexão sobre a prática”. *Revista de Pedagogia da UniSERRA*.
- SUNG, Jung Mo e SILVA, José Cândido Silva. *Conversando sobre Ética e Sociedade*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.
- ZAMBONI, Ernesta. “Representações e linguagens”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/ Humanistas Publicações, vol.18, n.º 36, 1999.